

DEVOÇÃO A JESUS CRISTO E CULTO AO REI GREGO: UMA COMPARAÇÃO

DEVOTION TO JESUS CHRIST AND WORSHIP TO THE GREEK KING: A
COMPARISON

LA DEVOZIONE A GESÙ CRISTO E IL CULTO DEL RE GRECO: UN
CONFRONTO

*Rodrigo Portella**

*Ediek Pereira Nunes Júnior***

RESUMO

O culto a Jesus Cristo nem sempre ocorreu de modo direto. No início era apenas Deus Pai quem recebia adoração, embora por meio de Jesus Cristo. Compreendendo o contexto político e social do período helenístico, o qual deu causa ao surgimento do culto aos reis gregos, é possível vislumbrar uma correlação entre esse culto ao rei e o culto a Jesus Cristo. Uma análise de textos gregos do período helenístico, remanescentes na epigrafia, nos papiros e moedas, revela a similitude entre os títulos e termos relacionados ao rei grego e os títulos e termos vinculados a Jesus Cristo. Essa similitude de títulos e termos permite pensar que o objetivo alcançado pelos reis gregos quando autorizaram e promoveram seu próprio culto, pode ter sido o mesmo objetivo almejado pela liderança cristã: assegurar a lealdade e a obediência do povo cristão.

Palavras-chave: Deus; Filho de Deus; Culto ao rei grego; Cristianismo originário.

* Doutor em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Pós-Doutor em Teologia, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e em Comunicação e Sociedade na Universidade do Minho, Portugal. Professor Associado I da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, atuando no Departamento de Ciência da Religião. E-mail: portellarodrigo1969@gmail.com

** Ediek Pereira Nunes Júnior é graduado em Direito (FDC), em Química (UERJ) e em Ciências Sociais (UFF). Mestrado em Ciência da Religião pela UFJF. E-mail: edieknunes@gmail.com

ABSTRACT

The worship of Jesus Christ did not always happen directly. In the beginning, it was only God the Father who received worship, albeit by means of Jesus Christ. Understanding the political and social context of the Hellenistic period, which led to the arising of the cult of Greek kings, it is possible to glimpse a correlation between this cult of the king and the cult of Jesus Christ. An analysis of Greek texts from the Hellenistic period, remaining in epigraphy, papyri and coins, reveals the similarity between the titles and terms related to the Greek king and the titles and terms connected to Jesus Christ. This similarity of titles and terms allows one to think that the intent achieved by the Greek kings when they authorized and promoted their own cult, may have been the same purpose aimed by the Christian leadership: to ensure the loyalty and obedience of the Christian people.

Keywords: God. Son of God. Worship of the Greek king. Original Christianity.

RIASSUNTO

L'adorazione di Gesù Cristo non è sempre avvenuta direttamente. All'inizio, era solo Dio Padre a essere adorato, anche se attraverso Gesù Cristo. Comprendendo il contesto politico e sociale del periodo ellenistico, che ha dato origine al culto dei re greci, è possibile vedere una correlazione tra questo culto del re e il culto di Gesù Cristo. L'analisi dei testi greci del periodo ellenistico, rimasti nell'epigrafia, nei papiri e nelle monete, rivela la somiglianza tra i titoli e i termini legati al re greco e i titoli e i termini legati a Gesù Cristo. Questa somiglianza di titoli e termini ci permette di pensare che l'obiettivo raggiunto dai re greci quando autorizzavano e promuovevano il proprio culto possa essere stato lo stesso perseguito dalla leadership cristiana: assicurarsi la fedeltà e l'obbedienza del popolo cristiano.

Parole chiave: Dio; Figlio di Dio; Culto del re greco; Cristianesimo delle origini.

1 INTRODUÇÃO

Jesus de Nazaré não começa sua existência nesse mundo como Filho de Deus. Conforme um dos sete livros mais antigos do Novo Testamento, a epístola aos Romanos (final do ano 55 ou início do ano 56) (Chevitarese, 2024, p. 27). nada se sabe acerca de um nascimento virginal e, nessa mesma carta, Jesus é declarado Filho de Deus em razão de sua ressurreição (Rm 1.4). Entretanto, cerca de quarenta anos depois, na década de 90 EC, o autor do Evangelho de Lucas relata que Jesus de Nazaré já é Filho de Deus em seu nascimento (Lc 1.35). Essa gradativa exaltação do nazareno também se mostrou nos atos praticados pelos primeiros cristãos em sua devoção.

O processo mediante o qual um ser humano era submetido a uma elevação de *status*, não era estranho ao mundo antigo. Os romanos, por exemplo, aprenderam com os gregos o costume de atribuir ao imperador os títulos de 'Deus' e de 'Filho de Deus' (Chaniotis, 2005, p. 442-443).

Seguindo a linha da apropriação cultural, este trabalho destina-se a esboçar um contexto histórico e sociorreligioso no qual ocorreu a gradativa devoção a Jesus Cristo e a gradual atribuição a ele dos títulos empregados para designar o rei grego. A correlação dar-se-á entre o culto ao governante grego e o culto a Jesus Cristo, com o objetivo de mostrar que a titulação cristológica é passível de ser remontada ao período helenístico.

2. UM CENÁRIO PARA A EXALTAÇÃO DO NAZARENO

O período helenístico da cultura grega é uma referência importante no estudo da divinização de Jesus. Define-se como ‘helenístico’ “o período da história antiga que se estende do início do reinado de Alexandre (336 a.C.) até a Batalha de Ácio (31 a.C.), que estabeleceu Otávio (Otaviano, o imperador Augusto) como o senhor do mundo romano” (Chamoux, 2002, p. 1). Esse período é interessante porque ele também forneceu imagens que, aplicadas à pessoa de Jesus de Nazaré, servissem à sua exaltação. Trata-se aqui, sobretudo, das figuras de ‘Deus’ e de ‘Filho de Deus’.

É bom lembrar que, segundo a fé cristã, o próprio Deus apresenta Jesus como seu Filho no momento do batismo, quando disse: “Tu és o meu Filho amado” (Mc 1.11), e no instante da transfiguração, quando falou: “Este é o meu filho amado” (Mc 9.7). A esse respeito, José Antonio Pagola revela que o imperador romano também era chamado ‘filho de Deus’, mas faz uma importante distinção entre Jesus e o rei de seu tempo:

Jesus é o Filho de Deus que traz consigo a salvação de Deus, não como o imperador de Roma, a quem chamam “filho de deus” (*divi filius*)¹, embora não possa salvar. Jesus, o Messias e Filho querido, é

¹ Há uma controvérsia sobre a tradução desse título. Seria ‘Filho do Divinizado’, ou seria ‘Filho de Deus’? Pois *Divi filius* parece ser uma expressão distinta de *Dei filius* (filho de Deus). É bom saber que os dicionaristas Ernout e Meillet oferecem uma resposta para essa questão. Segundo eles, “a língua reserva *divus* para designar as personagens divinizadas, notadamente os imperadores: *divus Augustus*. Esse uso acabou se firmando como regra” (Ernout; Meillet, 2001, p. 170, *verbete deus*). Ernout e Meillet o afirmam com fundamento na autoridade de Sérvio, o gramático (floresceu no fim do século IV EC), que ensinou: “O poeta [Virgílio] geralmente coloca *divus* e *deus* de maneira indistinta, embora haja diferença uma vez que chamamos *deus* aos [deuses] que são eternos, e *divus* aos [deuses] feitos a partir de homens, como no dia em que morrem, de onde também designamos os imperadores de *divus*. Mas Marco Varrão e Ateio Pretextato têm opinião contrária, chamando de *divus* aos que são eternos, e de *deus* aos que são temidos em razão de sua deificação, como são os deuses *manes*, [...]” (Sérvio Gramático, *Comentários em Virgílio, Eneida V.45*), (Servius Honoratus, 1826, p. 318). Porém, Ittai Gradel (2002, p. 66) lembra que Varrão (116 – 27 AEC) deve ser uma testemunha fiel porque foi contemporâneo da deificação de Júlio César

a Boa Notícia de Deus, porque traz consigo sua salvação (Pagola, 2017, p. 533).

Também notando que Deus chama Jesus de Filho (Mc 9.7), e que Jesus chama Deus de Pai (*Abba*, Mc 14.36), Frederic Lenoir acrescenta que esse título não era incomum na antiguidade. Por isso, ele segue explicando:

No entanto, o título de 'Filho de Deus', não é, no mundo antigo, tão raramente empregado como se poderia pensar à primeira vista. Ele é bem conhecido dos pagãos, entre os quais é aplicado ao rei do Egito, como também ao imperador de Roma, qualificado de *Divi filius*. Com semelhante título, a mensagem é clara: a autoridade do soberano emana de Deus (Lenoir, 2010, p. 68).

Contudo, Frédéric Lenoir (2010, p. 69) esclarece que, no Cristianismo, esse título vai assumir uma feição muito diferente daquela que é conhecida no mundo pagão e daquela que é expressa nas Escrituras hebraicas. Para os cristãos, essa expressão veio a indicar a existência de um relacionamento único entre Jesus e Deus, seu Pai. Quanto a sua ocorrência, o título aparece inúmeras vezes no Novo Testamento, e todos os evangelistas fazem uso dele. Porém, no mesmo passo, Frédéric Lenoir enfatiza que esse vínculo singular que liga Jesus a Deus não o torna igual a Deus, uma vez que o apóstolo Paulo subordina o Filho ao Pai: “O mesmo Filho se sujeitará àquele que todas as coisas lhe sujeitou” (1 Co 15.28).

Os primeiros cristãos não viam Jesus como um ser em igualdade com o Deus Altíssimo. Isso, entretanto, não os impediu de paulatinamente dirigir sua devoção para Jesus de Nazaré como uma forma indireta de adoração a Deus.

Larry Hurtado (2005, p. 135-137) lembra que os primeiros cristãos tinham práticas devocionais que expressavam reverência cultural a Jesus, tais como curas e exorcismos (At 3.6; At 16.18) e batismos (At 2.38) pela invocação do nome de

(100 – 44 AEC), e que o fato de se aplicar o termo *divus* a homens terminou por rebaixar esse termo de categoria, que originalmente designava os Deuses eternos. Assim, séculos depois, Sêrvio Honorato incorre em anacronismo ao não observar a mudança no significado dessas palavras, estranhando assim a aparente excentricidade de Varrão. Devido a isso, Gradel (2002, p. 67) propõe: no tempo de Varrão, *divus* designava a elite dos Deuses, mas, séculos depois, devido à associação desse termo a homens, *divus* passou a indicar uma subcategoria de divindades. E Michael Peppard (2019, p. 142) acrescenta: “Mas antes da consagração de Júlio César como *divus*, essa distinção [entre *divus* e *deus*] não existia mesmo, nem mais tarde existia para muitos falantes do latim. E mais, mesmo o termo *deus* era amplamente aplicado a seres humanos vivos”. Então, o grego *theós* e o latim *divus* e *deus* “deveriam todos ser traduzidos por ‘Deus’ sem qualificação, e eles exibiam larga flexibilidade no vigente uso antigo” (Peppard, 2019, p. 141).

Jesus, assim como o cântico de hinos a respeito de Jesus. Isso, entretanto, não era óbice a que se considerassem, à semelhança dos judeus, monoteístas adoradores do “Deus vivo e verdadeiro” (1 Ts 1.9-10)². Essa gradativa inserção, no culto a Deus, de um Jesus a quem se dirigiam louvores e pedidos, foi comentada nos seguintes termos:

Essa programática inclusão de Jesus como recipiente de tamanha reverência deu à primeva prática devocional cristã o que eu chamei de ‘forma binitária’, na qual a veneração litúrgica coletiva era dirigida a Deus e a (ou mediante) Jesus³. Aliás, na medida em que o lugar de Jesus na primeva prática devocional era (a) sem paralelo quando comparado aos modos pelos quais as figuras de ‘agente divino’ eram tratadas nos devotos círculos judeus daqueles dias, e (b) era semelhante somente ao tipo de devoção que de outra maneira era reservada a Deus, é apropriado referir-se ao primevo ‘culto’ cristão a Jesus juntamente com [o culto a] Deus (Hurtado, 2005, p. 137).

² Os eruditos comprometidos com uma confissão religiosa geralmente omitem que os primeiros cristãos, de modo idêntico aos judeus e aos iniciados no último grau dos cultos de Mistério, não eram simplesmente monoteístas, eles eram, sim, monoteístas unos (Deus um em um). Os primeiros cristãos, os judeus e os iniciados no último grau dos cultos de Mistério adoravam o Deus um e sozinho. Quanto aos cristãos, há resquícios disso na Bíblia: Mc 12.29 (“Κύριος εἷς ἐστίν”, “Senhor um é”), Rm 16.27 (“μόνῳ σοφῷ Θεῷ”, “ao sábio Deus sozinho”). ‘Sozinho’ é o mesmo que ‘sem companhia’ (Thayer, 1887, p. 418, verbete μόνος). Quase todos os pais da Igreja anteriores ao Concílio de Niceia (ano 325), se não todos, afirmaram o mesmo sobre o Deus cristão, por exemplo: “εἷς καὶ μόνος ὑπάρχων”, “sendo um e sozinho” (pseudoJustino Mártir, Exortação aos Gregos, 21; Migne, PG 6:277b); “cujus religio est, illum esse unum ac solum Deum credere”, “cuja religião é crer que Ele é Deus um e também sozinho” (Lactâncio, Instituições Divinas, 1.19; Migne, PL 6:215a).

³ O culto a Jesus iniciou-se de maneira indireta: adorava-se Deus mediante Jesus Cristo (Rm 16.27: “διὰ Ἰησοῦ Χριστοῦ”, “por meio de Jesus Cristo”; 2 Co 1.20: “δι’ αὐτοῦ”, “por meio dele”; Hb 13.15: “δι’ αὐτοῦ”, “por meio dele”; Jd 25: “διὰ Ἰησοῦ Χριστοῦ”, “por meio de Jesus Cristo”), se bem que também se glorificava o Pai “em Jesus Cristo” (Ef 3.21; Fp 4.20). Por semelhante modo, ao final de uma de suas epístolas, Clemente de Roma (c. ano 95 EC) diz: “δι’ οὗ αὐτῷ δόξα”, “por meio de quem [Jesus] seja a Ele [Deus] a glória” (1 Epístola aos Coríntios, 65), (Clemente, 2003, p. 150). Somente mais tarde é que se passou a adorar diretamente o Filho (2 Pe 3.18 e Ap 1.6: “αὐτῷ ἡ δόξα”, “a ele [Jesus] seja a glória”). Contudo, por volta do ano 346 EC, “alguns ofereciam louvor ao Pai e ao Filho, considerando-os coiguais em glória; outros glorificavam o Pai por meio do Filho, para denotar que eles consideravam o Filho como sendo inferior ao Pai” (Sozomeno, História Eclesiástica, 3.20). E, ainda no ano 346 EC, a carta do Concílio de Jerusalém que confirmou a restauração de Atanásio à comunhão da Igreja, glorificava o Pai por meio do Filho, dizendo: “e glorificar o Senhor [Deus] em Cristo Jesus nosso Senhor, por meio de quem seja a glória ao Pai” (Sozomeno, História Eclesiástica, 3.22), (Sozomeno, 1846, p. 141, 143; Migne, PG 67:1105). Nota-se, portanto, que a doxologia cristã era unitária no período apostólico: glória ao Pai, mediante o Filho. Depois, ela passou a ser binitária: glória ao Pai e ao Filho. Somente após o Concílio de Constantinopla (ano 381), que determinou a adoração do Filho e do Espírito Santo, é que a doxologia se tornou trinitária, iniciando-se por ato de Flaviano I de Antioquia (320 – 404 EC), quem, “tendo ajuntado uma multidão de monges, foi o primeiro a clamar ‘Glória seja ao Pai e ao Filho e ao Espírito Santo!’ Pois alguns antes dele diziam: ‘Glória seja ao Pai por meio do Filho no Espírito Santo’, sendo mais comum essa aclamação, enquanto outros diziam: ‘Glória seja ao Pai no Filho e [no] Espírito Santo’” (Filostórgio, Epítome de sua História Eclesiástica, 3.13; Migne, PG 65:501), (Philostorgius, 2007, p. 51; Priestley, 1786, p. 287-288, vol. 2; Milner, 1834, p. 544, vol. 1).

Parece, portanto, que há uma associação da pessoa de Jesus com o título de Filho de Deus, que também era o título de reis gregos e imperadores romanos. Concomitantemente a isso, nota-se que Jesus de Nazaré é paulatinamente alçado de categoria uma vez que inicialmente não lhe eram dirigidos louvores, ao passo que posteriormente passou a ser louvado e glorificado nos mesmos moldes de Deus Pai. Entretanto, Michael Peppard queixa-se de que, entre os estudiosos do tema, a tendência dominante rejeita a influência das inscrições gregas a respeito do imperador romano na formação da cristologia, dirigindo sua atenção apenas para o livro canônico dos Salmos, para os manuscritos do Mar Morto, e para o livro 3 Enoque. E ele segue discorrendo sobre a posição desses eruditos:

Hengel [*Son of God*, 1976] desconsiderou a relevância do imperador romano para o estudo da cristologia primeva. Embora ele corretamente admita que o termo ‘filho de Deus’ seja “relativamente raro” no mundo greco-romano e ocorra quase exclusivamente em referência a Jesus e ao imperador romano, Hengel, entretanto, declara que semelhantes formulações linguísticas imperiais não foram “uma influência séria” no desenvolvimento da cristologia primeva. Ou melhor, os textos judaico-helenísticos fornecem as cruciais fontes conceituais, e, além de seu esperado tratamento sobre a Sabedoria de Salomão, o Eclesiástico, e Filo, Hengel dedica uma seção de duas páginas a Metatron, a figura de um mediador divino que aparece em 3 Enoque. Hengel não está sozinho. Do *Christology in the Making*, de James Dunn, ao recente livro *Paul’s Divine Christology*, de Chris Tilling — ambos inteiramente excelentes —, nós vemos Metatron mencionado como potencialmente relevante para a cristologia primeva, mais relevante que o imperador. As primeiras duas edições do *One God, One Lord*, de Larry Hurtado (1998, 2003), tratam Metatron — e não o imperador — como relevante, ao passo que a edição mais recente e revista (2015) emprega seu novo epílogo para rejeitar a relevância do imperador e criticar os eruditos que a enfatizam (Peppard, 2019, p. 136).

Michael Peppard ficou aturdido com a posição desses estudiosos e, então, ele expôs de um modo franco a debilidade dessa mesma posição:

O imperador romano era a pessoa mais poderosa e mais bem conhecida no mundo mediterrâneo do primeiro século, chamado de “Deus”, de “Filho de Deus”, “Salvador” e “Senhor” em inscrições públicas, em virtualmente toda cidade, exatamente nos locais e épocas dos primeiros desenvolvimentos cristológicos. Mas as fontes textuais dessas aclamações do primeiro século são frequentemente tomadas por *menos* relevantes do que um texto pouco conhecido [3 Enoque], escrito e compilado entre quatrocentos e oitocentos anos depois, provavelmente na distante Babilônia, com nossos manuscritos mais antigos dessas fontes provindos de mil anos mais

tarde, manuscritos estes num estado de “considerável confusão”, e talvez realmente elaborados em resposta à doutrina cristológica e, de qualquer modo, finalmente transmitidos numa língua que os cristãos de seu tempo não conseguiriam nem mesmo ler (Peppard, 2019, p. 136-137). (Itálico do autor).

Embora tenha sido criticado por defender a importância do título ‘Filho de Deus’ atribuído ao imperador romano com relação à formação do pensamento cristão a respeito de Jesus de Nazaré, Michael Peppard (2019, p. 137) firmou sua posição nos seguintes termos: “Para o estudo da cristologia primeva — especialmente o título e o conceito de ‘Filho de Deus’ —, o cenário do imperador romano não é apenas o pano de fundo essencial, mas, na verdade, deve ser o primeiro plano”. Aliás, é sabido que os romanos aprenderam com os gregos as vantagens de se instituir o culto ao governante.

Posto isso, levantam-se algumas questões. Em que cenário o título de Filho de Deus se relacionava com os reis gregos? Como se dava seu uso? Qual era sua utilidade? É o que se pretende entender.

3 UM PROPÓSITO PARA A VINDA DO FILHO DE DEUS

Para entender por que os gregos passaram a designar seus reis de ‘Deus’ e ‘Filho de Deus’, é preciso ter em mente o ambiente sociopolítico e religioso do período helenístico. Tal período compreendeu a decadência da religião grega (Versnel, 2011, p. 456). As grandes mudanças sociais e as catástrofes que marcaram esse tempo, alçaram a Deusa Tyche (Acaso, Sorte, Fortuna) ao patamar de Zeus, e os deuses olímpicos perderam sua força. Alexandre da Macedônia (356 – 323 AEC), conhecido por Alexandre Magno, e seus generais tomaram as cidades-estado gregas.

Se Alexandre e seus generais fossem praticantes de alguma religião macedônia extremamente ortodoxa, teria sido fácil ver que os Deuses da Macedônia eram os verdadeiros governantes do mundo. Mas notavelmente eles não o eram. Algum poder ou outra coisa qualquer estava transtornando o mundo, isso era óbvio. Não era exatamente obra humana, porque algumas vezes o bom era enaltecido; outras vezes, o mal. Não havia um propósito consistente na história. Era apenas a Fortuna. Feliz é o homem que sabe como aplacar a Fortuna e fazê-la sorrir para ele (Murray, 1943, p. 132).

Nesse estado de coisas, houve “uma onda de ascetismo, de misticismo, vale dizer, de pessimismo, de perda de autoconfiança, de perda de esperança nessa vida e perda de fé no esforço humano normal”, houve “uma perda de coragem” (Murray, 1943, p. 123). Idêntica análise do período helenístico foi feita pelo helenista e arqueólogo francês François Chamoux:

Esses eram tempos férteis em maravilhas, em inesperadas mudanças de sorte, nos quais as pessoas reconheciam, ou criam reconhecer, uma ação realizada por um ser humano enviado do céu. Os filósofos, seguindo o exemplo de Epicuro, ensinavam que os Deuses tradicionais estavam totalmente desinteressados no destino de simples mortais, ao passo que Evêmero propunha uma doutrina que traçava a origem dos Deuses ao culto prestado a homens extraordinários. Os atenienses não estavam fazendo nada de excepcional quando saudaram Demétrio Poliorcetes como um Deus (Chamoux, 2002, p. 226).

Nota-se, assim, a situação do ponto de vista do povo grego. O cenário sociopolítico e religioso preparou esse povo para o culto ao rei. Entretanto, a mesma situação pode ser observada na perspectiva do governante. Que motivo levou os reis gregos a se autoproclamarem Deuses e filhos de Deus? Salvo o Egito, foi na Grécia que teve início a deificação do governante supremo. E isso definitivamente passou a ocorrer com Alexandre Magno, quem, conforme sugeriu Plutarco, era filho de Zeus com a mortal Olímpia (Plutarco, *Vidas Paralelas – Alexandre*, 3.2), (Plutarch, 1967, p. 229, vol. 7). Segundo William Scott Ferguson, professor de História Antiga da Universidade de Cambridge (EUA),

O que jazia por trás desses repetidos atos de deificação era, sem dúvida, o mesmo motivo que levou os samíenses e Alexandre à ideia em primeiro lugar — conveniência política e pensamento político. O mesmo problema político apresentou-se novamente e mais uma vez: a necessidade de encontrar, num Estado constitucional, uma base legal para uma autoridade extraconstitucional. Como reis, Antígono e seus rivais não tinham o direito de interferir numa cidade livre; como Deuses, eles tinham o direito de tornarem conhecidos os seus desejos; e seus adoradores, o dever de levá-los em consideração (Cook; Adcock; Charlesworth, 1928, p. 15, vol. 7).

Quanto a isso, o helenista britânico William Woodthorpe Tarn (1959, p. 49) lembra que o conceito de divindade do rei era conhecido dos povos da Ásia e do Egito. Mas, com relação às cidades gregas, deve-se distinguir o culto ao rei do culto oficial. Com efeito, a deificação de Alexandre ainda em vida fazia parte de um projeto político,

não consistia em culto oficial, e se restringia às cidades da Liga de Corinto que o divinizaram.

“Ele o desejou a fim de ter uma posição estável e alguma autoridade necessária sobre as cidades da antiga Grécia nas quais, como rei, ele não poderia de outra forma encontrar lugar” (Tarn, 1959, p. 49). No fim, aquelas cidades passaram a cultuar os diádocos dele, o que foi gratificante para esses sucessores, pois eles perceberam que poderiam extrair dessa situação a mesma vantagem política da qual usufruía Alexandre.

Por outro lado, com a experiência da deificação de Alexandre, as cidades gregas entenderam que o ato de elas divinizarem seus reis e estabelecerem o culto ao governante poderia ser uma oportunidade de estreitar os laços políticos com o rei ao demonstrarem sua gratidão pelos benefícios do passado e sua expectativa por benefícios futuros, como sugerem as inscrições mais importantes (Chaniotis, 2005, p. 440). Aliás, ajunta William Tarn (1959, p. 50-51), nenhum dos sucessores de Alexandre Magno foi deificado em vida. Porém, sendo enfim divinizados, seus filhos, os novos reis, puderam cada um se autodenominar ‘Filho de Deus’.

4 UM AMBIENTE PROPÍCIO PARA A VINDA DO FILHO DE DEUS

O período helenístico foi fortemente marcado por uma mudança de mentalidade no povo grego. As guerras, as insurreições e as reviravoltas políticas levaram o povo a crer que o Deus todo-poderoso estava ausente e quem conduzia a história era a Fortuna (Tyche), quem agraciava certas pessoas com o sucesso.

O culto ao rei não era estranho à história política e religiosa do Egito e da Ásia Menor. Então, o culto aos reis gregos foi o resultado natural da necessidade desses homens recém-chegados ao poder e da insegurança vivida pela população.

As crises políticas que ajudaram a moldar o mundo helenístico, o colapso dos grandes reinos, e a ascensão dos detentores de poder absoluto coincidiram com o aumento da helenização de cidades não gregas, fosse compulsória ou na tentativa dos cidadãos como um meio de melhoria social. A demonstração de um poder terreno, visível, exibido por governantes absolutos foi acompanhada por uma crença disseminada e inclinada ao monoteísmo segundo a qual havia um poder imperioso em escala universal, fosse ele a força (*dýnamis*)

dos filósofos, a Sorte (Tyche), ou o Destino inexorável (Heimarmene). O resultado foi a crença num poder terreno correspondente àquele nos céus, encarnado num poderoso governante, cuja autoridade parecia bem menos cósmica do que a de uma divindade. De fato, o respeito pelo poder encarnado num indivíduo talvez fosse maior do que o respeito pela pessoa que o detinha. Visto que o evemerismo e o ceticismo jônico contribuíram mais e mais para aquela crença na qual os próprios Deuses não eram senão heróis e reis transformados em mito, os atuais governantes também poderiam ser considerados, como os heróis, como manifestações da divindade (Corrington, 1986, p. 69-70).

Os Deuses pareciam distantes. A Fortuna prevalecia. O povo, então, passou a buscar proteção e segurança em homens ousados e destemidos. Angelos Chaniotis ressalta que, na fase inicial do culto ao governante, não era o rei que se autodeclarava divino, mas, sim, o povo, os beneficiários de sua proteção e salvação. E, visto que o rei atuava num ofício que deveria estar sendo exercido por um Deus, era justo que o rei recebesse honras iguais às que eram devidas ao Deus (2005, p. 433). É o que significa a expressão *isotheoi timai*, frequente nas inscrições gregas.

Em vez de igualar o rei aos Deuses, com essa frase, a comunidade agradecida sutilmente afirma que o rei *não é* um Deus, embora ele receba as mesmas honras de uma comunidade grata. O atributo de *theos* ('deus') usualmente era dado ao rei ou à rainha apenas postumamente (por exemplo, *OGIS* 246), (Chaniotis, 2005, p. 433).

Figura 1: Magistrado Menandros, amigo de César⁴



Fonte: RPC 1, n. 3056/10. Disponível em: <https://rpc.ashmus.ox.ac.uk/coins/1/3056>.

Acesso em: 15 out. 2023.

Nessa crença de que seus reis se igualavam aos Deuses, os gregos foram denominando-os de: salvador, Deus vitorioso, Deus manifestado, Deus, Filho de Deus, augusto (venerável, digno de adoração), e outros títulos mais. E, pouco mais à frente, os próprios reis foram divinizando seus ascendentes. O esforço laudatório pareceu não ter fim. Aliás, nessa perspectiva, não somente os reis mas também homens de renome, como filósofos, profetas, atletas e generais, foram feitos filhos de Deus (Chevitarese, 2022, p. 15; Talbert, 2006, p. 79-83).

Houve um hino cantado pelos atenienses, que traziam incenso e faziam libações e dançavam e desfilavam fantasiados de pênis ereto, quando eles receberam o rei macedônio Demétrio I, cognominado Poliorcetes (Sitiador), em sua cidade, no ano de 290 AEC (ou 291AEC). Esse hino foi composto por Hércules de Cízico e chegou aos dias de hoje pela obra do historiador grego Duris de Samos (Versnel, 2011, p. 444-445; Atheneus, 1961, p. 141). É uma interessantíssima peça da literatura grega. Veja-se o trecho inicial e mais encomiástico desse hino:

[Vejam] como o maior e o mais amado dos Deuses está presente [πάρεισιν] em nossa cidade! Pois aqui Deméter e Demétrio um momento oportuno [καιρός] nos trouxeram. Ela vem celebrar os

⁴ Asse do imperador Tibério (bronze, ø 20mm, e 6,07g), cunhado em Trípoli, na Lídia (Turquia), entre os anos 14-37 EC. Reverso: busto de Tibério coroado de louros. No exergo: TIBEPION KAICAPA ΤΡΙΠΟΛΕΙΤΑΙ, "Tripolitanos por Tibério César". Verso: busto do Deus Hélios (Sol) com a coroa radiada. No dístico: ΜΕΝΑΝΔΡΟΣ ΦΙΛΟΚΑΙΚΑΡ, ΤΟ Δ, "Menandros, amigo de César, pela 4.ª vez". No ambiente político da Roma Imperial, "amizade" significava "obediência": "Mas os judeus clamavam, dizendo: Se soltas este, não és amigo de César" (João 19.12; Bíblia Almeida Corrigida e Fiel). "Vós sereis meus amigos, se fizerdes o que eu vos mando" (João 15.14; Bíblia ACF).

augustos mistérios da Virgem [Κόρης]. Ele, jubiloso como convém ao Deus, belo e risonho, está presente [πάρεστι]. Algo augusto [σεμνός] é manifestado [φαίνεθ’]: todos os amigos⁵ estão em volta dele, e ele está no centro. Assim como os amigos são semelhantes às estrelas, ele como o Sol é. Salve, ó filho [παῖ] do poderoso Deus Poseidon e de Afrodite! Pois os outros Deuses têm estado bem distantes, ou não possuem ouvidos, ou não existem, ou não se importam conosco. Mas a ti vemos [aqui] presente [παρόνθ’], não feito de madeira ou de pedra, mas real. A ti, então, oramos: primeiro para que tu faças a paz, ó amadíssimo, pois tu tens o poder [κύριος γὰρ εἶ σύ] (Versnel, 2011, p. 445-446; Chaniotis, 2011, p. 160; Atheneus, 1961, p. 143, vol. 3).

Figura 2: Ptolomeu I e Berenice I, Deuses em Alexandria⁶



Referência: Auction 123, lot 253. Imagem disponível em: <https://auctions.cngcoins.com/auctions/4-9K42K5/cng-feature-auction-123>. Acesso em: 12 jun. 2024. Fotografia de Classical Numismatic Group ©2023.

5 COMPARANDO O CULTO AO REI GREGO E O CRISTIANISMO

A semelhança entre a terminologia religiosa grega e a terminologia cristã é marcante. Demétrio Poliorcetes é Filho de Deus. Ele faz sua *parusia* (presença) na cidade de Atenas, tendo em vista a ênfase do hino no uso do verbo *πάρεμι* (estar presente), que usualmente é empregado para designar as epifanias divinas. A *parousia* de Demétrio é um momento oportuno (*καιρός*, *kairós*), como também

⁵ Aqui é um termo técnico e político. Designa o título conferido àquelas pessoas que eram leais em obediência ou que prestavam grandes serviços ao rei. O uso do título βασιλέως φίλοι (amigo do rei) remonta ao período helenístico (Richey, 2007, p. 167; Deissmann, 1922, p. 378; Theophilus, 2020, p. 105-114). Os romanos se apropriaram dessa prática política, como se vê no registro bíblico: Pôncio Pilatos poderia deixar de ser ‘amigo do César’ (φίλος τοῦ Καίσαρος, Jo 19.12).

⁶ Meio *mnaietion* do rei Ptolomeu II (ouro, ø 20mm, e 14g), cunhado na cidade de Alexandria (Egito), por volta dos anos 285-246 AEC. Reverso: bustos ladeados de Ptolomeu II, panejado e com diadema, e de sua irmã e esposa Arsínoe II, velada e com diadema. Atrás, a letra alfa acima de um escudo. À frente, abaixo do queixo de Arsínoe, uma cornucópia dupla. No dístico: ΑΔΕΛΦΩΝ, “[moeda] dos irmãos”. Verso: bustos ladeados de Ptolomeu I, panejado e com diadema, e de sua esposa Berenice I, velada e com diadema. No exergo: ΘΕΩΝ, “[moeda] dos Deuses”.

ocorre em tempo oportuno (καιρός) a chegada do reino de Deus (Mc 1.15) e a segunda vinda de Cristo (1 Ts 5.1).

Demétrio Poliorcetes é o Sol, e entra em Atenas com uma roupa adornada com figuras do Sol e das estrelas, assim como Jesus Cristo é o Sol nascente (Lc 1.78: “oriente”) e é Vênus no crepúsculo vespertino (2 Pe 1.19: “φωσφόρος”, *Phōsphóros*; que, na Vulgata Latina, no mesmo local, é *Lucifer*). Os outros Deuses são de madeira ou pedra, mas Demétrio é Deus encarnado, como também Jesus Cristo o é. Demétrio recebe o atributo de κύριος (*kýrios*, senhor, quem tem o poder), como também Jesus Cristo é chamado de Senhor (Versnel, 2011, p. 447-451).

O rei grego não era somente Filho de Deus, mas ele também tinha seu próprio evangelho. Não era incomum encontrar nas antigas inscrições gregas a palavra ‘evangelho’ associada ao governante. É o caso do rei Antígono I Monofthalmo (382 – 301 AEC), que sucedeu a Alexandre Magno, reinando sobre a Ásia Menor. Porque Antígono garantiu a segurança e a autonomia da cidade de Escépsis (em Trôade, hoje Turquia), decretou-se que esse rei seria cultuado, e que sacrifícios seriam feitos em razão da boa nova (εὐαγγέλιον, evangelho) de paz e liberdade que foi anunciada por ele. Confirma-se o Decreto da cidade de Escépsis, em honra de Antígono I, ao receber a carta dele com boas novas, no ano de 311 (AEC; linhas 10-35):

Visto que Antígono tem sido responsável por grandes benefícios para a cidade e para outros gregos, para o louvor de Antígono e para que se regozije com ele naquilo que foi realizado, que a cidade também se regozije com outros gregos de modo que doravante eles vivam em paz, desfrutando da liberdade e da autonomia. Para que Antígono possa receber as honras meritórias de suas realizações, e para que o povo seja visto a prestar agradecimentos pelos benefícios que recebeu, que seja delimitado um cercado sagrado [τέμενος]⁷ para ele, seja construído um altar e seja erigida uma estátua [de culto,

⁷ O témenos era uma área de terra, rural ou urbana, vinculada a certo tipo de culto. Poderia ser apenas uma terra cultivável, cuja renda era revertida para o Deus a cujo culto ela se destinava, mesmo que esse Deus fosse o rei. Poderia ser um témenos funerário, onde se situava a tumba do falecido, que recebia o culto de seus familiares e devotos. Poderia ser o témenos de alguma associação ligada ao culto de alguma Divindade, em cujo terreno haveria uma capela e um altar, desde que as festas religiosas necessitavam de pessoas que se uniam em associações e que se especializavam na realização dos rituais (procissões, danças, cantos, teatro, etc.). Poderia ser um témenos para o culto ao rei ou ao imperador. O témenos, então, sendo uma área de terra consagrada a um determinado culto, era rural ou urbano, particular ou público; e poderia consistir somente de terra nua, ou de uma área de terra com uma tumba, ou de uma área de terra com altar e capela, ou com altar e templo (Daremberg; Saglio, 1892, p. 83-88, vol. 5, verbete *Téménos*).

ἄγαλμα]⁸ tão bela quanto possível; e que o sacrifício, a competição, o uso de grinaldas e o descanso do festival venham a ocorrer exatamente todo ano para [honra de] ele, como eram celebrados antes. [...]. **Que a cidade ofereça um sacrifício pelas boas novas [εὐαγγέλια] enviadas por Antígono**, que todos os cidadãos usem grinaldas, e que o tesoureiro forneça o dinheiro para esse gasto (Austin, 2006, p. 87; Dittenberger, 1903, p. 19-20, n. 6, vol. 1) (Grifo nosso).

Noutra inscrição grega, datada entre os anos 203 e 197 AEC, o rei Antíoco III foi celebrado como benfeitor e salvador da cidade de Teos (na região da Jônia, atual Turquia), pois libertou essa cidade dos tributos que ela pagava ao rei Átalo I. Veja-se Decreto da cidade de Teos a respeito da campanha de Antíoco III naquela região, datado entre os anos 203 e 197 (AEC, e descoberto no ano de 1963; linhas 9-25):

Quando veio à nossa região, ele [Antíoco III] estabeleceu negociações de uma maneira vantajosa. E, quando permaneceu em nossa cidade, ele notou que estávamos exauridos em nossos negócios públicos e privados devido às guerras contínuas e à grande carga de contribuições que suportávamos. Desejando demonstrar piedade ao Deus a quem ele consagrou nossa cidade e território, e decidindo fazer um favor ao povo e à associação dos artistas dionisiacos, ele compareceu em pessoa à assembleia e concedeu à nossa cidade e território o [direito de] ser santo, inviolado e livre de tributo, e encarregou-se de nos libertar das outras contribuições que pagamos ao rei Átalo [I] **a fim de que, ao produzir um aumento nas riquezas da cidade, ele recebesse o título não somente de Benfeitor do povo mas também de seu Salvador**. Ele permaneceu na cidade com seus amigos e com as forças militares que o acompanhavam, e deu ampla evidência daquela boa-fé que ele demonstrara a todos os homens (Austin, 2006, p. 345). (Grifo nosso).

Outra designação comumente atribuída aos governantes era o título de ‘Benfeitor’. No mundo grego, dentre os que foram assim designados, traz-se por exemplo o caso do rei Ptolomeu III Benfeitor e da rainha Berenice II, que governaram o Egito entre os anos 246 e 221 AEC. Numa estela erigida nesse período, na cidade de Canopus, o casal real é honrado com o título de ‘Deuses Benfeitores’ numa inscrição gravada naquela coluna de pedra: “Para Serápis e Ísis, e para o rei Ptolomeu e a rainha Berenice, Deuses Benfeitores [θεοῖς Εὐεργέταις]” (Meadows, 2013, p. 6).

⁸ ἄγαλμα (translit., ágalma) é o termo regularmente empregado para as estátuas de Deuses, ao passo que εἰκών (translit., eikōn) é geralmente usado para as estátuas ordinárias (Peppard, 2019, p. 141).

Um cidadão ateniense também prestou sua homenagem a esses mesmos reis do Egito com uma inscrição do mesmo período e gravada numa base de mármore, possivelmente oriunda de Salamina (Chipre). Nessa dedicatória, lê-se : “Para Serápis [e Ísis], para o rei Ptolomeu e a rainha Berenice, Deuses Benfeitores [Θεοὶς Εὐεργέταις]. Filinos, [filho] de Filotimos, de Atenas, [consagrou esse monumento]” (Meadows, 2013, p. 6)⁹.

Figura 3: Demétrio III, Deus Salvador em Damasco¹⁰



Fonte: Fotografia de Classical Numismatic Group ©2022. Imagem disponível em: https://www.cngcoins.com/Lot.aspx?LOT_ID=76660. Acesso em: 13 jun. 2024.

A fórmula “θεός ἐκ θεοῦ”, “Deus [originado, nascido] de Deus” também era empregada para designar o rei no mundo helenístico. Ela aparece na Pedra de Roseta, descoberta por um soldado que integrava a expedição de Napoleão Bonaparte ao Egito, em 1799, na cidade marítima de Roseta. Essa pedra é muito famosa pois sua inscrição permitiu decifrar a escrita hieroglífica dos egípcios, uma vez que, sendo trilingue, essa pedra traz o mesmo texto gravado em hieróglifo (egípcio antigo, escrita religiosa), demótico (egípcio tardio e cursivo, escrita administrativa) e grego.

⁹ Essas e outras inscrições estão traduzidas para o francês no sítio: <<https://books.openedition.org/efa/12828>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

¹⁰ Tetradracma cunhada em Damasco (Síria), entre 96 e 95 AEC (prata, Ø 25,5mm, e 15,99g). Anverso: cabeça de Demétrio com diadema e voltada para a direita. Verso: Estátua de Atargatis, a Virgem Mãe da Síria, vista de frente e com um longo véu caindo de sua cabeça. Ela segura uma flor na mão esquerda, e de seus ombros surgem espigas de cevada. Há uma estrela junto a sua perna esquerda. O dístico indica o dono da moeda: ΒΑΣΙΛΕΩΣ ΔΗΜΗΤΡΙΟΥ ΘΕΟΥ ΦΙΛΟΠΑΤΟΡΟΣ ΣΩΤΗΡΟΣ, “do rei Demétrio, do Deus, do amigo do Pai, do Salvador”. Abaixo da estátua, o ano de emissão da moeda: ΖΙΣ (ano 217 da dinastia). E, ao lado dessa data, um monograma.

A Pedra de Roseta exibe um decreto emitido pelos sacerdotes egípcios em honra do faraó Ptolomeu V, então com treze anos de idade, em 27 de março do ano 196 AEC. Ptolomeu V é louvado com inúmeros títulos em razão dos benefícios (isenção de impostos, doação de verbas e de grãos, manutenção das cotas sobre as colheitas, restauração de templos) que ele conferira aos sacerdotes do Egito. Confira-se um trecho desse decreto¹¹:

Os sumos sacerdotes, os profetas, aqueles que entram no ádito para vestir os Deuses, os sacerdotes leitores¹², os escribas sagrados e todos os sacerdotes que congregam diante do rei, de todos os templos por toda a terra até Mênfis, para o festival de recepção da realeza, ao imortal Ptolomeu, o amado de Ptah, Deus Manifestado, Beneficente, o qual recebeu de seu pai, tendo se ajuntado no templo em Mênfis, nesse dia, declararam: desde que o rei Ptolomeu, o imortal, o amado de Ptah, Deus Manifestado, Beneficente, que nasceu do rei Ptolomeu e da rainha Arsínoe, dos Deuses que amam o Pai, concedeu muitos benefícios aos templos e àqueles que neles habitam e a todos os súditos de seu reino, **sendo Deus de Deus [θεὸς ἐκ θεοῦ]** e [Deus] da Deusa — exatamente como Hórus é filho de Ísis e Osíris, quem vingou seu pai Osíris —, sendo benevolmente disposto para com os Deuses, dedicou rendimentos em dinheiro e em grãos para os templos e suportou muitas despesas para conduzir o Egito a um estado de prosperidade e para estabelecer os templos, [...] (Austin, 2006, p. 492; Dittenberger, 1903, p. 145-148, n. 90, vol. 1). (Grifo nosso).

Surpreendentemente, essa mesma fórmula será empregada mais tarde como título de Jesus de Nazaré nos credos cristãos, a começar por Gregório Taumaturgo (c. ano 270 EC), e Luciano de Antioquia (c. ano 300), e Eusébio de Cesareia (ano 325) ao citar o credo niceno (Deissmann, 1927, p. 345; Schaff, 1878, p. 24, 26, 30, vol. 2).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo helenístico era caótico e instável. Muitas vezes, o mal era bem-sucedido, e o bom perecia. Guerras e rumores de guerras pipocavam aqui e ali. Num dia, era-se livre. Noutro, era-se escravo ou tributário de algum rei estrangeiro e dominador. As pessoas consideravam Deus uma pessoa distante e apática, indiferente a seus sofrimentos.

¹¹ Inscrição na *Pedra de Roseta*, um decreto dos sacerdotes egípcios em honra de Ptolomeu V, no ano de 196 AEC, linhas 6-11).

¹² Em grego, esse tipo de sacerdote era chamado de pterophoras. Tinha esse nome porque sua cabeça era adornada com duas penas de avestruz.

Tornou-se o tempo propício a homens ousados e atrevidos, que impunham a paz mediante a guerra, que salvavam cidades da dominação de outros homens apenas para se tornarem sujeitas a eles. Em troca do benefício concedido, por que o povo não deveria louvar e cultuar a esse homem que fez o serviço de Deus, a esse homem que era Deus manifestado na terra?

Por outro lado, esse rei salvador desejava ampliar seu domínio sobre os homens, algo que não poderia ser feito de maneira legal ou legítima. Por que, então, não aceitar ser feito Deus, ou por que não se fazer o Deus presente, o Salvador, o Filho de Deus na terra?

Os judeus esperavam que nascesse um homem que os libertasse da dominação estrangeira, primeiro a dos gregos, depois a dos romanos. A mensagem de Jesus de Nazaré era poderosa, uma mensagem de amor e de igualdade, de justiça social e alimento para todos. Ele, entretanto, não se mostrou o libertador esperado (Jo 6.15): ele foi morto e a Judeia continuou sob o domínio romano. Porém, a mensagem de Jesus sobreviveu a ele.

Ainda que se diga, como Larry Hurtado, que Deus compeliu as pessoas a adorarem a Jesus (2003, p. 72) — embora inicialmente de maneira indireta (Glória a Deus, mediante Jesus: Rm 16.27, Jd 25) —, é bem possível que o ambiente social do mundo antigo tenha fornecido os meios para garantir que as pessoas se tornassem leais aos ideais do nazareno.

Nesse desiderato, a titulação real (Deus, Filho de Deus) e a terminologia política (amigo, presença) dos gregos, que legitimaram o poder dos reis gregos, poderiam ser aplicadas a Jesus de Nazaré de modo a assegurar a lealdade daqueles neófitos da nova religião nascente, o Cristianismo, até que, por fim, tenham deixado de ser títulos e passaram a ser atributos ontológicos do galileu nazareno.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ATHENAEUS, of Naucratis. **The deipnosophists**. In seven volumes. With an English translation by Charles Burton Gulick. London: William Heinemann, 1957. Volume 3. (Loeb Classical Library n. 224). Disponível em: <https://archive.org/details/deipnosophists0003athe>. Acesso em: 15 out. 2023.

AUSTIN, Michel Mervyn. **The Hellenistic world from Alexander to the Roman conquest: a selection of ancient sources in translation.** Second augmented edition. London: Cambridge University Press, 2006. Disponível em:

<https://eclass.uoa.gr/modules/document/file.php/ARCH516/M.%20M.%20Austin%20-%20The%20Hellenistic%20World%20from%20Alexander%20to%20the%20Roman%20Conquest%20A%20Selection%20of%20Ancient%20Sources%20in%20Translation-Cambridge%20University%20Press%20%282006%29.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2023.

CHAMOUX, François. **Hellenistic civilization.** Translated by Michel Roussel. Oxford: Blackwell, 2002. Disponível em: <https://epdf.tips/hellenistic-civilization.html>. Acesso em: 11 out. 2023.

CHANIOTIS, Angelos. The divinity of hellenistic rulers. *Apud*: ERSKINE, Andrew. **A companion to the Hellenistic world.** Oxford: Blackwell, 2005. Disponível em: <https://dokumen.pub/a-companion-to-the-hellenistic-world-0631225374-9780631225379.html>. Acesso em: 24 out. 2023.

CHANIOTIS, Angelos. The ithyphallic hymn for Demetrios Poliorketes and hellenistic religious mentality. *Apud*: IOSSIF, Panagiotis P.; CHANKOWSKI, Andrzej S.; LORBER, Catharine C. **More than men, less than gods: studies on royal cult and imperial worship.** Leuven: Peeters, 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/3425661>. Acesso em: 15 out. 2023.

CHEVITARESE, André Leonardo. **Jesus de Nazaré: o que a História tem a dizer sobre ele.** 1.ª edição. Menocchio: Rio de Janeiro, 2022.

CHEVITARESE, André Leonardo. **Paulo: o que a história tem a dizer sobre ele.** Menocchio: Rio de Janeiro, 2024.

CLEMENTE, de Roma. Primeira epístola aos coríntios. *Apud*: THE APOSTOLIC fathers. Edited and translated by Bart D. Ehrman. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003. Volume 1. (Loeb Classical Library, n. 24). Disponível em: <https://docer.ar/doc/x5xe5x>. Acesso em: 15 jun. 2024.

COOK, S. A.; ADCOCK, F. E.; CHARLESWORTH, M. P. (editors). **The Cambridge ancient history.** Cambridge, UK: University Press, 1928. Volume 7. Disponível em: <https://archive.org/details/in.gov.ignca.20398>. Acesso em: 11 out. 2023.

CORRINGTON, Gail Paterson. **The 'divine man': his origin and function in Hellenistic popular religion.** New York: Peter Lang, 1986. Disponível em: <https://archive.org/details/divinemanhisorig0017stre>. Acesso em: 14 out. 2023.

DAREMBERG, Charles Victor; SAGLIO, Edmond. **Dictionnaire des antiquités grecques et romaines.** Paris: Librairie Hachette, 1892. Volume 5. Disponível em: <http://www.archive.org/details/dictionnairedesa05dare>. Acesso em: 03 jan. 2024.

DEISSMANN, Adolf. **Light from the ancient East: the New Testament illustrated by recently discovered texts of the graeco-roman world.** Translated by Lionel R. M. Strachan. Fourth edition. New York: Harper & Brothers, 1927. Disponível em: <https://archive.org/details/lightfromancient0000deis>. Acesso em: 15 out. 2023.

DITTENBERGER, Wilhelm. **Orientis graeci inscriptiones selectae.** Leipzig: Salomon Hirzel, 1903. Volumen 1. Disponível em: <https://archive.org/details/orientisgraeciin01dittuoft>. Acesso em: 24 nov. 2023.

ERNOUT, Alfred; MEILLET, Antoine. **Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots.** Paris: Klincksieck, 2001. Disponível em:

https://archive.org/details/a.ernouta.meilletdictionnaireetymologiquedelalanguelatine.histoiredesmotsklincksieck1985_202003. Acesso em: 24 set. 2023.

GRADEL, Ittai. **Emperor worship and Roman religion**. Oxford: Clarendon Press, 2002. Disponível em: <https://vdoc.pub/download/emperor-worship-and-roman-religion-oxford-classical-monographs-6m17frslu910>. Acesso em: 26 set. 2023.

HURTADO, Larry W. **Lord Jesus Christ: devotion to Jesus in earliest Christianity**. Grand Rapids, MI: William B. Eerdmans, 2003. Disponível em: <https://archive.org/details/lordjesuschristd0000hurt>. Acesso em: 25 nov. 2023.

HURTADO, Larry W. **How on earth did Jesus become a God?: historical questions about earliest devotion to Jesus**. Grand Rapids, MI: William B. Eerdmans, 2005. Disponível em: https://ebooks.rahnuma.org/religion/Christianity/Christ/How_on_Earth_Did_Jesus_Become_a_God.pdf. Acesso em: 29 set. 2023.

LENOIR, Frédéric. **Comment Jésus est devenu Dieu**. [Paris]: Arthème Fayard, 2010. (Le Grand Livre Du Mois).

MEADOWS, Andrew. Two 'double' dedications at Ephesus and the beginning of Ptolemaic control of Ionia. **Ghephyra**, Antália, vol. 10, p. 1-12, 15 maio 2013. Disponível em: <https://dergipark.org.tr/en/pub/gephyra/issue/18378>. Acesso em: 25 nov. 2023.

MIGNE, Jacques Paul. **Patrologiae: cursus completus**. Series Graeca. Parisiis: J. P. Migne, 1857. Volume 6. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=NZLYAAAAMAAJ>. Acesso em: 21 out. 2023.

MIGNE, Jacques Paul. **Patrologiae: cursus completus**. Series Graeca. Parisiis: J. P. Migne, 1864. Volume 65. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=WmavH4e-UucC>. Acesso em: 08 jan. 2024.

MIGNE, Jacques Paul. **Patrologiae: cursus completus**. Series Graeca. Parisiis: J. P. Migne, 1864. Volume 67. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=qlfYAAAAMAAJ>. Acesso em: 29 set. 2023.

MIGNE, Jacques Paul. **Patrologiae: cursus completus**. Series Latina. Parisiis: Sirou, 1844. Volume 6. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=MS4RAAAAYAAJ>. Acesso em: 13 jun. 2024.

MILNER, Joseph. **History of the church of Christ**. With additions and corrections, by the late Rev. Isaac Milner. New edition in four volumes. London: Thomas Cadell, 1834. Volume 1. Disponível em: <https://www.digitale-sammlungen.de/en/view/bsb10026214>. Acesso em: 30 set. 2023.

MURRAY, Gilbert. **Five stages of Greek religion**. 2nd impression. London: C. A. Watts, 1943. Disponível em: <https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.76610>. Acesso em: 11 out. 2023.

PAGOLA, José Antonio. **Jesus: uma aproximação histórica**. Tradução de Gentil Avelino Tilton. 7.^a edição, 2.^a reimpressão. Petrópolis: Vozes, 2017.

PEPPARD, Michael. The son of god in gentile context. *Apud*: ALLEN, Garrick V. *et alii* (editors). **The son of god: divine sonship in Jewish and Christian antiquity**. Pennsylvania: Penn State University Press, 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu/40560299>. Acesso em: 01 out. 2023.

PHILOSTORGIUS. **Church history** [Epítome da História Eclesiástica]. Translated with an introduction and notes by Philip R. Amindon. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2007. (Writings from the Greco-Roman world ; v. 23). Disponível em:

<https://ebin.pub/qdownload/philostorgius-church-history-9004146717-9789004146716.html>.

Acesso em: 08 jan. 2024.

PLUTARCH. **Plutarch's lives**. With an English translation by Bernadotte Perrin, in eleven volumes. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1967. Volume 7. (Loeb Classical Library n. 99). Disponível em: <https://archive.org/details/plutarchs-lives-in-11-volumes.-vol.-7-loeb-99>. Acesso em: 11 out. 2023.

PRIESTLEY, Joseph. **An history of the early opinions concerning Jesus Christ**.

Birmingham: Pearson and Rollason, 1786. Volume 2. Disponível em:

<https://archive.org/details/historyofearlyop02prie>. Acesso em: 08 jan. 2024.

RICHEY, Lance Byron. **Roman imperial ideology and the gospel of John**. Washington, DC: The Catholic Biblical Association of America, 2007. Disponível em:

https://mis.kp.ac.rw/admin/admin_panel/kp_lms/files/digital/Core%20Books/Theology.

Acesso em: 15 out. 2023.

SCHAFF, Philip. **The creeds of Christendom**: with a history and critical notes. New York: Harper & Brothers, 1878. Volume 2. Disponível em:

<https://archive.org/details/creedsofchristen02scha>. Acesso em: 05 dez. 2023.

SERVIUS HONORATUS, Maurus. **Commentarii in Virgilium Serviani**; sive commentarii in Virgilium, qui Mauro Servio Honorato tribuuntur. Instruxit H. Albertus Lion. Gottingae:

Vandenhoeck et Ruprecht, 1826. Volumen 1. Disponível em: [https://digitale-](https://digitale-sammlungen.de/en/view/bsb10246572?page=4,5)

[sammlungen.de/en/view/bsb10246572?page=4,5](https://digitale-sammlungen.de/en/view/bsb10246572?page=4,5). Acesso em: 24 set. 2023.

SOZOMENO, Hermas. História eclesiástica. *Apud*: THE GREEK ecclesiastical historians of the first six centuries of the Christian era. London: Samuel Bagster and Sons, 1846. Volume 4. Disponível em: <https://archive.org/details/greekecclesiasti04lond>. Acesso em: 29 set. 2023.

TALBERT, Charles H. Miraculous conceptions and births in Mediterranean antiquity. *Apud*: LEVINE, Amy-Jill; ALLISON JR., Dale C.; CROSSAN, John Dominic (editors). **The historical Jesus**: in context. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2006. (Princeton Readings in Religion). Disponível em: https://archive.org/details/historicaljesusi0000unse_l6o8. Acesso em: 14 out. 2023.

TARN, William Woodthorpe. **Hellenistic civilisation**. 3rd edition, 2nd reprinting. London:

Edward Arnold, 1959. Disponível em: <https://archive.org/details/hellenisticcivil0000tarn>.

Acesso em: 11 out. 2023.

THAYER, Joseph Henry. **A Greek-English lexicon of the New Testament**, being Grimm's Wilke's Clavis Novi Testamenti. Translated, revised and enlarged by Joseph Henry Thayer.

New York: Harpers & Brothers, 1887. Disponível em:

<https://archive.org/details/greekenglishlexi00grim>. Acesso em: 19 out. 2023.

THEOPHILUS, Michael P. **Numismatics and Greek lexicography**. London: T & T Clark,

2020. Disponível em: [https://dokumen.pub/numismatics-and-greek-lexicography-](https://dokumen.pub/numismatics-and-greek-lexicography-9780567674364-9780567674388-9780567674371.html)

[9780567674364-9780567674388-9780567674371.html](https://dokumen.pub/numismatics-and-greek-lexicography-9780567674364-9780567674388-9780567674371.html). Acesso em: 15 out. 2023.

VERSNEL, Henk S. Playing (the) god: did (the) greeks believe in the divinity of their rulers?

Apud: VERSNEL, Henk S. **Coping With the Gods**: Wayward readings in Greek theology.

Leiden: Brill, 2011. Disponível em: <https://brill.com/display/title/20123>. Acesso em: 15 out.

2023.